

## ■ OPINIÃO

## EDITORIAL

## Ativar a economia - Brasil

O Brasil vive uma séria crise conjuntural, como alerta o setor produtivo e reconhecem integrantes da equipe governamental, mas estamos convencidos de que há saídas. O empresariado, naturalmente, está sentindo na carne os efeitos decorrentes das altas taxas de juros e da estagnação do mercado interno. Felizmente, o mercado externo é favorável aos produtos brasileiros, mas se a exportação pode gerar bons lucros para as companhias exportadoras, há empresas que, por suas atividades, não podem participar ou participam pouco do mercado internacional, por serem voltadas para o mercado interno.

Por força das próprias condições vividas durante o período eleitoral do ano passado, que deram margem a forte especulação, o governo viu-se diante de grandes desafios a enfrentar, como a inflação, e ao mesmo tempo teve de adotar medidas para obter credibilidade externa e conquistar a confiança dos investidores internacionais.

A economia, é bom que se lembre, já vinha em crise no ano passado. As

medidas tomadas, como o arrocho monetário, provocaram uma forte redução no volume dos negócios, acarretando, entre outros efeitos, redução dos investimentos e aumento do desemprego. O governo tomou consciência de que deve adotar algumas providências para enfrentar os problemas de curto prazo.

Esperamos que a recente baixa dos juros — que não chegou a ser suficiente — tenha continuidade, mesmo porque a inflação continua a apresentar uma tendência de declínio, como confirmam os índices de preços calculados por diferentes instituições de pesquisa. Mas isso só não basta. É preciso também reduzir o depósito compulsório dos bancos, para permitir a ampliação da oferta e o barateamento do crédito, hoje escasso e caro. Quem defende essa posição não são só as instituições do setor financeiro. Essa é uma proposição hoje partilha-

da por representantes da indústria, do comércio e de outros setores da economia real.

Além disso, há setores que passam por graves dificuldades em decorrência do desaquecimento da demanda interna, o que não pode deixar de ter repercussões sobre o emprego. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, segundo o noticiário, já manifestou preocupação com a estagnação da economia nesta fase.

A situação é tanto mais séria porque neste momento o Congresso Nacional está examinando importantes reformas estruturais propostas pelo Executivo, como a reforma da Previdência e a tributária. Como seria de esperar, em todo processo de reforma há interesses contrariados. Em decorrência, surgem grandes pressões políticas.

O governo tem adotado uma posição coerente e, entre as iniciativas em exame no Congresso, não podemos

deixar de citar a Lei de Falências, vista agora no nosso país como um instrumento jurídico de recuperação das empresas.

Não estão definidos, ainda, os contornos do pacote de medidas conjunturais que o governo vai tomar em meados de agosto, segundo agora se anuncia. Só nos cabe esperar que essas medidas tenham o condão de dar novo ânimo aos empresários brasileiros, criando um ambiente propício para a aceleração do ritmo da atividade econômica.

É lógico, porém, que os grandes problemas do Brasil não serão solucionados por meio de pacotes conjunturais. Além das mudanças estruturais em debate e de outras iniciativas que mencionamos, há outras reformas a fazer, como a reforma trabalhista, sobre a qual já discorreremos nestas colunas.

A par disso, o País precisa estruturar um planejamento a mais longo prazo, que é o objetivo do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), cujas principais diretrizes o governo apresentou para discussão pela sociedade. Chegou o

momento, portanto, da definição dos programas setoriais que serão implementados com base no PPA, trabalho ao qual se dedica atualmente o Ministério do Planejamento e Gestão, além de outras áreas do governo.

Há questões de fundamental importância a serem definidas, como uma política industrial e outra de incentivos a setores capazes de substituir importações e de dar novo impulso à exportação. Convém notar que o atual governo não está elaborando um plano visando a metas estritamente econômicas.

O PPA deverá também ter um cunho social, apoiando iniciativas com vistas não só à eliminação de bolsões de pobreza no País, como também para estimular uma melhor distribuição de renda entre os cidadãos.

Temos a certeza de que o Brasil, apesar das dificuldades momentâneas, será capaz de, ainda este ano, delinear as bases de seu desenvolvimento futuro.